

Senador Sarney suspende leis do presidente Sarney

Vicente Nunes
Da equipe do Correio

O presidente do Senado, senador José Sarney (PMDB-AP), revogou ontem duas decisões tomadas em 1986 e 1988 pelo presidente da República José Sarney.

Um dos atos assinados pelo presidente do Senado, a Resolução de nº 49, publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, vai causar dor de cabeça ao presidente Fernando Henrique: pode resultar em desembolso de até US\$ 7 bilhões pelo governo.

Sarney acatou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou inconstitucional o aumento da alíquota do PIS, de 0,5% para 0,65%, incidente sobre o faturamento de empresas e bancos.

Esse reajuste foi feito pelo governo Sarney por meio dos decretos-leis de números 2.445, de 29 de junho de 1988, e 2.449, de 21 de julho de 1988.

Com a Resolução 49, o senador abriu a possibilidade de todas as empresas do país que se sentiram lesadas pelo aumento do PIS pedirem, na Justiça, a devolução do que pagaram a mais.

PIS — Caso o presidente do Senado não tivesse ratificado a sentença do STF, a cobrança da diferença do PIS só poderia ser feita pelas empresas que recorreram à Justiça — um número pouco significativo.

Além do vaivém nas decisões de José Sarney, causou estranheza no Senado o fato de o governo não ter feito qualquer movimento para brejar a decisão.

“Não foi por falta de aviso. Há meses vínhamos acionando a Fazenda para que nos informasse qual seria o impacto se a Resolução 49 fosse assinada. Mas não obtivemos resposta”, assegura um dos assessores de Sarney.

Esse descaso não aconteceu em 1993, quando o então presidente Itamar Franco conseguiu convencer o ex-senador Amir Lando a engavetar o assunto.

Junto com a Resolução 49, o senador Sarney baixou a Resolução 50, obrigando o governo a devolver o empréstimo compulsório sobre combustíveis, criado em 23 de julho de 1986.

Luiz Marques 13.06.85



Presidente da República, aumentou o PIS em 1988

Carlos Moura 20.03.95



Presidente do Senado, suspendeu o aumento ontem

X

Em 86, ele vetou o próprio projeto

O senador José Sarney já desfez pelo menos outra vez decisões que tinha tomado. Foi quando era presidente da República, em setembro de 1986.

O então presidente criou a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para formar funcionários de elite que cuidariam da máquina do Estado.

Chegou a promover concurso para contratar os primeiros 120 espe-

cialistas “em política pública e gestão governamental”. Em todo o país, 20 mil pessoas se mobilizaram para tentar uma vaga.

Mas na hora de legalizar a ENAP, Sarney caiu numa armadilha. O concurso estava feito, mas faltava o Congresso aprovar o projeto. Não houve problemas e a lei chegou às mãos do presidente para ser sancionada.

Na hora H, no entanto, um assessor

o advertiu para o perigo de aprovar medidas que ampliassem os gastos do governo. “O senhor deve vetar o projeto”, aconselhou o assessor. Mas Sarney já tinha escrito “sanciono”.

Sarney escreveu um “não” por cima da assinatura e criou a folclórico “não sanciono”, em lugar do tradicional “veto”. Mais tarde, o engano foi desfeito e a ENAP foi criada por meio de uma medida provisória.